PROJETO DE LEI Nº 52 , DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicidade dos processos de inscrição/cadastramento, de matrículas, dos critérios de seleção e das listas de espera por vagas nas Unidades Educacionais Públicas de Educação Infantil do município de Mogi Guaçu.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º Os processos de inscrição/cadastramento, de matrícula, dos critérios de seleção e das listas de espera por vagas nas Unidades Educacionais Públicas de Educação Infantil no Município de Mogi Guaçu devem se tornar públicas e transparentes para melhor acompanhamento dos interessados, sejam essas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

§ 1º Para atingir de maneira mais eficaz o objetivo previsto no “*caput*” deste artigo, a publicidade das informações deve se dar com a publicação no sítio (“site”) próprio na Rede Mundial de Computadores (“Internet”) da Prefeitura Municipal Mogi Guaçu, atualizada a cada 90 (noventa) dias.

§ 2º Ao Conselho Municipal de Educação, ao Conselho do FUNDEB, aos Conselhos Tutelares e aos demais Conselhos ligados às políticas públicas para a Infância, Adolescência e Juventude será dado acesso aos dados originais alimentadores das informações, sempre que solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º Do processo de inscrição/cadastramento deverá constar, pelo menos:

- I - O nome, a idade da criança e a sua filiação;
- II - A identificação do local de residência e domicílio;
- III - Outros dados que componham ou comportem um diagnóstico fidedigno do perfil sócio-econômico da família do pleiteante à vaga.

Parágrafo Único. As informações fornecidas nos processos de inscrição/cadastramento são sigilosas e somente poderão ser disponibilizadas aos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais competentes, seja dos Poderes Executivos ou Legislativos, para obtenção

de dados para elaboração de políticas públicas ou ainda ao Poder Judiciário para a edição de medidas preventivas ou protetivas.

Art. 3º As Listas de Espera deverão ser apresentadas, conforme as determinações desta Lei, com as seguintes informações em ordem decrescente de prioridade de atendimento:

I - Nome da Unidade Educacional, sua localização e sua qualificação por nível de Educação ou Ensino;

II - Nome do Responsável por sua Direção;

III - Apenas as iniciais dos nomes dos pleiteantes (crianças), suas idades, seguida dos nomes de seus respectivos responsáveis legais, por extenso;

IV - O nível, etapa, fase ou série em que os pleiteantes (crianças) devem se incorporar e serem atendidas;

IV - Número e data da inscrição/cadastramento, bem como a classificação na listagem.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que for necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala “Ulysses Guimarães”, 19 de agosto de 2015.

Vereador ALEXANDRO DE ARAÚJO
“Alex Tailândia”
(Líder da Bancada do PT)